

Secretaria de Estado de Governo

Secretário: Igor Mascarenhas Eto

Expediente

GABINETE DO SECRETÁRIO
ATO DO SENHOR CHEFE DE GABINETE
O CHEFE DE GABINETE DA SECRETARIA DE ESTADO DE GOVERNO, no uso da competência delegada pela Resolução SEGOV nº 756/2020, publicada em 23/06/2020, REGISTRA AFASTAMENTO PRELIMINAR A APOSENTADORIA, nos termos § 6º do art. 36 da CE/1989 e art. 11 do Decreto nº 42.758/2002, ao servidor MASP 374166-7, GERSON ANTONINO GONÇALVES, a partir 06/11/2020, referente ao cargo de OFICIAL DE SERVIÇOS OPERACIONAIS, NÍVEL II, GRAU J, SIMBOLO OSO2 - Aposentadoria integral nos termos do art. 144, do ADCT, acrescentado pelo art. 5º da Emenda à Constituição nº 104, de 14/09/2020, com base no art. 6º da Emenda à Constituição da República nº 41, de 19 de dezembro de 2003.

Juliano Físicaro Borges
Chefe de Gabinete

17 1429866 - 1

Controladoria-Geral do Estado

Controlador-Geral: Rodrigo Fontenelle de Araújo Miranda

Expediente

DESPACHO
O CONTROLADOR-GERAL DO ESTADO, no uso da competência que lhe confere o art. 93, § 1º, da Constituição do Estado de Minas Gerais, combinado com o art. 28 da Lei Delegada nº 174, de 26 de janeiro de 2007, nos termos do art. 7º, § 2º, da Lei Estadual nº 13.994, de 18 de setembro de 2001, c/c art. 44 do Decreto Estadual nº 45.902, de 27 de janeiro de 2012, tendo em vista a decisão exarada pela Tribunal de Justiça de Minas Gerais – TJMG, nos autos do Processo Administrativo Punitivo 18/2019, com fundamento no artigo 45, inciso I, do supracitado Decreto, e na Promoção CGE/ASJUR, DETERMINA A INCLUSÃO DA EMPRESA FOCAR CONSTRUÇÕES E EMPREENDIMENTOS LTDA., inscrita no CNPJ sob o nº 09.134.330/0001-44, pelo prazo de 24 (vinte e quatro) meses. NO CADASTRO DE FORNECEDORES IMPEDIDOS DE LICITAR E CONTRATAR COM A ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA ESTADUAL – CAFIMP, a contar de 03/08/2020.

CONTROLADORIA-GERAL DO ESTADO,
Belo Horizonte, 15 de dezembro de 2020.
Rodrigo Fontenelle de Araújo Miranda
Controlador-Geraldo Estado

17 1429601 - 1

DESPACHO
Procedimento de Negociação de Acordo de Leniência - PNAL nº 01/2020 – Encerramento das tratativas
O CONTROLADOR-GERAL DO ESTADO e o ADVOGADO-GERAL DO ESTADO, no uso de suas atribuições, considerando o disposto no art. 16 da Lei Federal nº 12.846, de 1º de agosto de2013, nos arts. 41 a 49 do Decreto nº 46.782, de 23 de junho de 2015, na Resolução Conjunta CGE/AGE nº 04/2019 e, tendo em vista o que consta no Relatório Conclusivo da Comissão de Negociação PNAL Nº 01/2020, DETERMINAM o arquivamento do Procedimento de Negociação de Acordo de Leniência, instaurado por meio da Portaria Conjunta CGE/AGE nº 01/2020, publicada no Diário do Executivo em 30 de janeiro de 2020.

Belo Horizonte, 30 de novembro de 2020.
Rodrigo Fontenelle de Araújo Miranda
Controlador-Geral do Estado

Sérgio Pessoa de Paula Castro
Advogado-Geral do Estado

17 1429622 - 1

DESPACHO
O CONTROLADOR-GERAL DO ESTADO, no uso da competência que lhe confere o art. 93, § 1º, da Constituição do Estado de Minas Gerais, combinado com o art. 28 da Lei Delegada nº 174, de 26 de janeiro de 2007, nos termos do art. 7º, § 2º, da Lei Estadual nº 13.994, de 18 de setembro de 2001, c/c art. 44 do Decreto Estadual nº 45.902, de 27 de janeiro de 2012, tendo em vista a decisão exarada peloTribunal de Justiça de Minas Gerais-TJMG, nos autos do Processo Administrativo Punitivo nº 249/2018, com fundamento no artigo 45, inc. I do supracitado Decreto, no Certificado de Auditoria nº. 4542730/2020, e na Promoção CGE/ASJUR 23193519, DETERMINAA INCLUSÃO DA PESSOA JURÍDICAMASTER CONSTRUTORA E INCORPORADORA EIRELI, CNPJ nº.14.259.976/0001-98 pelo prazo de 24 (vinte e quatro) meses, NO CADASTRO DE FORNECEDORES IMPEDIDOS DE LICITAR E CONTRATAR COM A ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA ESTADUAL – CAFIMP, a contar de 16/09/2020.

CONTROLADORIA-GERAL DO ESTADO,
Belo Horizonte, 16de dezembro de 2020.
Rodrigo Fontenelle de Araújo Miranda
Controlador-Geraldo Estado

17 1429488 - 1

DESPACHO
O Controlador-Geral do Estado, no uso de sua atribuição e tendo em vista a Nota Jurídica AJ/CGE, nº 180/2020, de 16/12/2020, que analisou o Pedido de Reconsideração interposto por CRISTIANE APARECIDA DE OLIVEIRA FIDELIS, Masp 160.792-8, referente ao Processo Administrativo Disciplinar instaurado pela Portaria/7º Batalhão/ nº 102.072/2018, de 21/02/2018, DECIDE:

Conhecer do Pedido de Reconsideração e, no mérito, o indeferir, mantendo a decisão publicada no Diário Oficial do Estado no dia 05 de novembro de 2020.

Controladoria Geral do Estado, Belo Horizonte, 16 de dezembro de 2020
Rodrigo Fontenelle de Araújo Miranda
Controlador-Geral do Estado

CORREGEDORIA-GERAL
EXTRATO DE PORTARIA DE INSTAURAÇÃO/COGE Nº 18/2020
PROCESSO ADMINISTRATIVO DISCIPLINAR
Processado(s): A.C.M., MASP 1.107.420-0, F.C.F.S.G., MASP 1.392.003-8 e R.F.L. – MASP 1.117.658-3.
Membros: Vanderlice Ribeiro dos Santos, MASP 1.117.803-5, Renata Emara Naziazena, MASP 391.879-4, e Tânia Paula Machado, MASP 373.836-6.

Corregedoria-Geral, Belo Horizonte, 17 de dezembro de 2020.

Vanderlei Daniel da Silva
Corregedor-Geral

17 1429833 - 1

DESPACHO
O CONTROLADOR-GERAL DO ESTADO, no uso da competência que lhe confere o art. 93, § 1º, da Constituição do Estado de Minas Gerais, combinado com o art. 28 da Lei Delegada nº 174, de 26 de janeiro de 2007, nos termos do art. 7º, § 2º, da Lei Estadual nº 13.994, de 18 de setembro de 2001, c/c art. 44 do Decreto Estadual nº 45.902, de 27 de janeiro de 2012, tendo em vista a decisão exarada peloTribunal

DIÁRIO DO EXECUTIVO

de Justiça de Minas Gerais-TJMG, nos autos do Processo Administrativo Punitivo nº 241/2018, com fundamento no artigo 45, inc. I do supracitado Decreto, no Certificado de Auditoria nº. 4370252/2020, e na Promoção CGE/ASJUR23193419, DETERMINAA INCLUSÃO DA PESSOA JURÍDICA MASTER CONSTRUTORA E INCORPORADORA EIRELI, CNPJ nº.14.259.976/0001-98 pelo prazo de 24 (vinle e quatro) meses, NO CADASTRO DE FORNECEDORES IMPEDIDOS DE LICITAR E CONTRATAR COM A ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA ESTADUAL – CAFIMPa contar de05/08/2020.

CONTROLADORIA-GERAL DO ESTADO,
Belo Horizonte, 16 de dezembro de 2020.
Rodrigo Fontenell e de Araújo Miranda
Controlador-Geraldo Estado

17 1429490 - 1

DESPACHO
O CONTROLADOR-GERAL DO ESTADO, no uso da competência que lhe confere o art. 93, § 1º, da Constituição do Estado de Minas Gerais, combinado com o art. 28 da Lei Delegada nº 174, de 26 de janeiro de 2007, nos termos do art. 7º, § 2º, da Lei Estadual nº 13.994, de 18 de setembro de 2001, c/c art. 44 do Decreto Estadual nº 45.902, de 27 de janeiro de 2012, tendo em vista a decisão exarada pela Secretaria de Estado de Justiça e Segurança Pública, nos autos do Processo Administrativo Punitivo nº 216/2019, com fundamento no artigo 45, inc. I c/e o artigo 46 inc. II e III, do supracitado Decreto, no Certificado de Auditoria (22765452), e na Nota Jurídica AJ/CGE nº. 179/2020/CAFIMP, DETERMINAA INCLUSÃO DA PESSOA JURÍDICA SOMA/MG PRODUTOS HOSPITALARES LTDA,CNPJ nº. 12.927.876/0001-67 pelo prazo de 12 (doze) meses, NO CADASTRO DE FORNECEDORES IMPEDIDOS DE LICITAR E CONTRATAR COM A ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA ESTADUAL – CAFIMP, a contar de 25/08/2020.

CONTROLADORIA-GERAL DO ESTADO,
Belo Horizonte, 15de dezembro de 2020.
Rodrigo Fontenelle de Araújo Miranda
Controlador-Geraldo Estado

17 1429486 - 1

DESPACHO
O CONTROLADOR-GERAL DO ESTADO, no uso da competência que lhe confere o art. 93, § 1º, da Constituição do Estado de Minas Gerais, combinado com o art. 28 da Lei Delegada nº 174, de 26 de janeiro de 2007, nos termos do art. 7º, § 2º, da Lei Estadual nº 13.994, de 18 de setembro de 2001, c/c art. 44 do Decreto Estadual nº 45.902, de 27 de janeiro de 2012, tendo em vista a decisão exarada peloTribunal de Justiça de Minas Gerais-TJMG, nos autos do Processo Administrativo Punitivo nº 11/2020, com fundamento no artigo 45, inc. I do supracitado Decreto, no Certificado de Auditoria nº. 4542460/2020, e na Promoção CGE/ASJUR 23193966, DETERMINAA INCLUSÃO DA PESSOA JURÍDICA UNIOBRAS - OBRAS E CONSTRUÇÕES EM GERAL EIRELI - ME, CNPJ nº.10.422.960/0001-01pelo prazo de 24 (vinte e quatro) meses, NO CADASTRO DE FORNECEDORES IMPEDIDOS DE LICITAR E CONTRATAR COM A ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA ESTADUAL – CAFIMP, a contar de 01/09/2020.

CONTROLADORIA-GERAL DO ESTADO,
Belo Horizonte, 16de dezembro de 2020.
Rodrigo Fontenelle de Araújo Miranda
Controlador-Geraldo Estado

17 1429487 - 1

Advocacia-Geral do Estado

Advogado-Geral: Sérgio Pessoa de Paula Castro

Expediente

CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO DE PESSOAL
Cabe recurso ao Excelentíssimo Senhor Governador do Estado de Minas Gerais das decisões prolatadas pelo CAP, nos termos do art.46 e Segs do Decreto 46.120, de 28 de dezembro de 2012, que dispõe sobre o Regimento Interno do Conselho de Administração de Pessoal.

DELIBERAÇÃO Nº 27.635/CAP/20

Leticia Alessi Machado Rogedo–Masp 293.335-6– Processo SEI nº 1080.01.0047414/2020-62 – Conselheira Ana Maria Barbosa – Julgamento 12/11/2020.

Conversão em espécie de férias-prêmio não gozadas – Delegada de Polícia Civil aposentada –Ausência de negativa do órgão de origem/ Lotação – Não Conhecimento.

É vedado ao Conselho de Administração de Pessoal decidir reclamação, quanto ao mérito, se não comprovada ocorrência de indeferimento prévio do pedido do Reclamante no órgão de origem, nos termos do art. 45 do Decreto nº 46.120/2012.

V.v. Conheço da Reclamação por entender que estão presentes os requisitos de admissibilidade da Reclamação previstos no Regimento do Conselho de Administração de Pessoal, Decreto 46.120/2012.

DELIBERAÇÃO Nº 27.636/CAP/20

Roberta Campos Prata– Masp 1.354.944-9– Processo SEI nº 1510.01.0017349/2020-74 – Conselheira Luciana Tibães – Julgamento 12/11/2020.

Promoção pro escolaridade adicional – Indeferimento Administrativo em 10/03/2017 – Reclamação protocolada no Conselho de Administração de Pessoal em 31/01/2020 – Aplicação do Art. 45 do Decreto nº 46.120/2012 –Intempestividade–Não conhecimento.

Nos termos do art. 45 Regimento Interno do Conselho de Administração de Pessoal – Decreto nº 46.120/2012 – é de cento e vinte dias, consecutivos, contados do dia seguinte do indeferimento, o prazo de protocolo de reclamação ao CAP, não observado pelo servidor. 1-Súmula da (2074ª) segunda milésima septuagésima quarta reunião ordinária realizada por videoconferência no dia 17 de dezembro de 2020, presidida pela Procuradora, Dra. Ana Cristina Sette Bicalho Goulart e secretariada pela Srta. Lucilene Custódia Siuves. Presentes as Conselheiras Carolina Angelo Montolli, Ana Maria Barbosa de Amorim Magalhães, Gabriela Bernardes de Vasconcellos Lopes e Aline Rodrigues Cunha. 1.Rômulo Quintino da Silva–Não conheceram da reclamação.2.Tatiana Mara Soares de Oliveira–Processo retirado de pauta.3. Fábio Rogério de Araújo Souza–Não conheceram da reclamação.4.Eliane Conceição Diniz–Não conheceram da reclamação.5.Stanisley Guedes Alves–Não conheceram da reclamação.

17 1429867 - 1

Defensoria Pública do Estado de Minas Gerais

Defensor Público-Geral: Gério Patrocínio Soares

Expediente

ATO DO DEFENSOR PÚBLICO-GERAL
N. 546/2020

A DEFENSORA PÚBLICA-GERAL DO ESTADO DE MINAS GERAIS em exercício, no uso de atribuição estabelecida no artigo 9º, XVI, ‘e’, da Lei Complementar Estadual n. 65, de 16 de janeiro de 2003, DESIGNA o Defensor Público Francís Junio de Oliveira, MADEP nº 652-D/MG, para atuar, voluntariamente e excepcionalmente, na propositura de Revisão Criminal nos autos do processo nº 0126618-12.2018.8.13.0231, com anuência do Defensor Natural.

Belo Horizonte, 17 de dezembro de 2020.
Marina Lage Pessoa da Costa
Defensora Pública-Geral em exercício

17 1429849 - 1

RESOLUÇÃO Nº 361/2020

Dispõe sobre os processos durante o recesso forense relativamente aos(as) defensores(as) públicos(as) removidos(as) pela Resolução 308/2020.

O DEFENSOR PÚBLICO-GERAL DO ESTADO DE MINAS GERAIS, no uso de atribuição prevista no artigo 9º, inciso I, III e XII da Lei Complementar nº 65, de 16 de janeiro de 2003; tendo em vista a suspensão do expediente forense no Tribunal de Justiça do Estado de Minas Gerais, 1º e 2º instâncias, no período de 20/12/2020 a 06/01/2021, nos termos do art.313, §5º, II da LC59/2001, quando funcionarão em regime de plantão regional, considerando a Remoção dos defensores públicos estabelecida na Resolução 308/2020; considerando o disposto na Resolução 346/2020; considerando as consultas recebidas pela Defensoria Pública Geral sobre o tema, RESOLVE:

Art. 1º Os(as) defensores(as) públicos(as) que se removeram por força da Resolução 308/2020 ficarão responsáveis pelos prazos processuais relativos aos processos que receberem em carga e aos processos que forem inseridos na respectiva caixa do PJE até o dia 18/12/2020.

Art. 2º Os processos que forem inseridos nas caixas do PJE a partir do dia 19/12/2020, inclusive, serão de responsabilidade do(a) defensor(a) público(a) que assumiu a titularidade do órgão de atuação nos termos da Resolução 308/2020.

Art. 3º As urgências processuais deverão ser analisadas pelo(a) defensor(a) público(a) escalado(a) para o plantão entre os dias 20/12/2020 e 06/01/2021.

Art. 4º Esta resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Belo Horizonte, 17 de dezembro 2020.

Gério Patrocínio Soares
Defensor Público-Geral

17 1429806 - 1

ATO DO DEFENSOR PÚBLICO-GERAL
CONCEDE LICENÇA A GESTANTE, nos termos do art. 9º, da Lei Complementar nº 065, de 16/01/2003 e art. 7º, inciso XVIII, da Constituição da República de 1988, por 120 dias, assegurando o direito a prorrogação por mais 60 dias, nos termos do art. 1º da Deliberação nº 007/2016, de 06/05/16 a Defensora Pública:
ATO Nº 511/2020

0691, Camila Lorga Ferreira de Mello, a partir de 13/12/20.

ATOS DA SUBDEFENSORA PÚBLICA-GERAL
CONCEDE TRÊS MESES DE FÉRIAS PRÊMIO, nos termos do § 4º do art. 31, da CE/1989, observada a vigência da Lei Complementar Federal nº 173/2020 e decisão do Defensor Público-Geral acerca da produção de efeitos por mencionada lei, datada de 20/11/2020, que poderão ser usufruídas, a critério da Administração, a partir de 01/01/2022, ao (s) defensor (es) público (s):
ATO Nº 513/2020

0907, Fabio Moisés Iwamizu Silva, Defensor Público de Classe Intermediária, referente ao 1º quinquênio de exercício, a partir de 19/09/2020.

ATO Nº 514/2020

0888, Cantídio Dias de Freitas Filho, Defensor Público de Classe Intermediária, referente ao 1º quinquênio de exercício, a partir de 19/09/2020.

ATO Nº 515/2020

0855, Carolina Morishita Mota Ferreira, Defensor Público de Classe Intermediária, referente ao 1º quinquênio de exercício, a partir de 19/09/2020.

ATO Nº 516/2020

0872, Bruno Freire de Jesus, Defensor Público de Classe Intermediária, referente ao 1º quinquênio de exercício, a partir de 19/09/2020.

ATO Nº 517/2020

0846, Bruno Braga Lima, Defensor Público de Classe Intermediária, referente ao 1º quinquênio de exercício, a partir de 19/09/2020.

ATO Nº 518/2020

0877, Beno Benveniste Koatz, Defensor Público de Classe Intermediária, referente ao 1º quinquênio de exercício, a partir de 19/09/2020.

ATO Nº 519/2020

0864, Antonio Carlos Moni de Oliveira, Defensor Público de Classe Intermediária, referente ao 1º quinquênio de exercício, a partir de 19/09/2020.

ATO Nº 520/2020

0869, André Ricardo Nery, Defensor Público de Classe Intermediária, referente ao 1º quinquênio de exercício, a partir de 19/09/2020.

ATO Nº 521/2020

0874, Adriano Marggraff Vital Ferreira, Defensor Público de Classe Intermediária, referente ao 1º quinquênio de exercício, a partir de 19/09/2020.

ATO Nº 522/2020

0908, Luiz Roberto Costa Russo, Defensor Público de Classe Intermediária, referente ao 1º quinquênio de exercício, a partir de 19/09/2020.

ATO Nº 523/2020

0903, Luisa Pacheco de Melo Souza, Defensor Público de Classe Intermediária, referente ao 1º quinquênio de exercício, a partir de 19/09/2020.

ATO Nº 524/2020

0839, Luis Felipe Rocha Mascarenhas, Defensor Público de Classe Intermediária, referente ao 1º quinquênio de exercício, a partir de 19/09/2020.

ATO Nº 525/2020

0868, Marcos Guilherme Eliseu Macedo, Defensor Público de Classe Intermediária, referente ao 1º quinquênio de exercício, a partir de 19/09/2020.

ATO Nº 526/2020

0858, Mariana Ladeira Vieira, Defensor Público de Classe Intermediária, referente ao 1º quinquênio de exercício, a partir de 19/09/2020.

ATO Nº 527/2020

0116, Maysa Veloso de Castro Almeida, Defensor Público de Classe Especial, referente ao 5º quinquênio de exercício, a partir de 15/09/2020.

ATO Nº 528/2020

0879, Lucas de Avila Chaves Borges, Defensor Público de Classe Intermediária, referente ao 1º quinquênio de exercício, a partir de 19/09/2020.

ATO Nº 529/2020

0857, Leonardo Bicalho de Abreu, Defensor Público de Classe Intermediária, referente ao 1º quinquênio de exercício, a partir de 19/09/2020.

ATO Nº 530/2020

0913, Leonardo Monteiro do Amaral, Defensor Público de Classe Intermediária, referente ao 1º quinquênio de exercício, a partir de 19/09/2020.

ATO Nº 531/2020

0895, José Sanches Aranda Neto, Defensor Público de Classe Intermediária, referente ao 1º quinquênio de exercício, a partir de 19/09/2020.

ATO Nº 532/2020

0838, Jefferson Guimarães Soares, Defensor Público de Classe Intermediária, referente ao 1º quinquênio de exercício, a partir de 19/09/2020.

ATO Nº 533/2020

0899, Juliana Nunes Telesforo, Defensor Público de Classe Intermediária, referente ao 1º quinquênio de exercício, a partir de 19/09/2020.

ATO Nº 534/2020

0852, Isabela Salomão Silva, Defensor Público de Classe Intermediária, referente ao 1º quinquênio de exercício, a partir de 19/09/2020.

ATO Nº 535/2020

0893, Iam Maul Meira de Vasconcelos, Defensor Público de Classe Intermediária, referente ao 1º quinquênio de exercício, a partir de 19/09/2020.

ATO Nº 536/2020

0850, Henrique Matheus Mariani Sossai, Defensor Público de Classe Intermediária, referente ao 1º quinquênio de exercício, a partir de 19/09/2020.

ATO Nº 537/2020

0873, Gustavo Gonçalves Martinho, Defensor Público de Classe Intermediária, referente ao 1º quinquênio de exercício, a partir de 19/09/2020.

ATO Nº 538/2020

0916, Gustavo Araújo Teles, Defensor Público de Classe Intermediária, referente ao 1º quinquênio de exercício, a partir de 19/09/2020.

ATO Nº 539/2020

0851, Guilherme Andrade Carneiro Deckers, Defensor Público de Classe Intermediária, referente ao 1º quinquênio de exercício, a partir de 19/09/2020.

ATO Nº 540/2020

0844, Gabriel Freitas Maciel Garcia de Carvalho, Defensor Público de Classe Intermediária, referente ao 1º quinquênio de exercício, a partir de 19/09/2020.

SEXTA-FEIRA, 18 DE DEZEMBRO DE 2020 – 3

ATO Nº 541/2020

0848, Frederico Guilherme Dornellas Piclum, Defensor Público de Classe Intermediária, referente ao 1º quinquênio de exercício, a partir de 19/09/2020.

ATO Nº 542/2020

0898, Filipe Gomes Benjamin Pereira, Defensor Público de Classe Intermediária, referente ao 1º quinquênio de exercício, a partir de 19/09/2020.

ATO Nº 544/2020

0878, Fabio Gandara Bettoni, Defensor Público de Classe Intermediária, referente ao 1º quinquênio de exercício, a partir de 19/09/2020.

CONCEDE QUINQUÊNIO, nos termos do art. 112, do ADCT, da CE/1989, observada a vigência da Lei Complementar Federal nº 173/2020 e decisão do Defensor Público-Geral acerca da produção de efeitos por mencionada lei, datada de 20/11/2020, com implicações financeiras, a partir de 01/01/2022, ao (s) servidor (es) público (s):
ATO Nº 543/2020

281.090-1, Carla Aparecida de Souza Carvalho, Agente da Defensoria Pública IV-H, referente ao 7º quinquênio de exercício, a partir de 10/09/2020.

17 1429860 - 1

Polícia Militar do Estado de Minas Gerais

Comandante-Geral : Cel PM Rodrigo Sousa Rodrigues

Expediente

ATOS DO CHEFE DO CENTRO DE ADMINISTRAÇÃO DE PES-SOAL Retifica o ato de CONCESSÃO DE FÉRIAS PREMIO, publicado no MG 246, de 05/12/2020 e transcrito no BGPM 93, de 10/12/2020; alusivos ao n 164.718 - 9, ANA LUCIA MENEZES DE SOUZA NACIF:

Onde se lê: nº. 167.718-9, ANA LUCIA MENEZES DE SOUZA NACIF, ASPM-1C, referentes ao 1º lustro, a partir de 24/02/2019.

Leia-se: nº